



Comissão Mista de Orçamento vai trabalhar ininterruptamente

Norte-Sul ganha Cz\$ 24 bi

Os deputados José Serra (PSDB-SP) e César Maia (PDT-RJ) articulam hoje a derrubada da proposta do relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), de elevar de Cz\$ 14 bilhões para Cz\$ 24 bilhões, em valores de junho último, a dotação orçamentária de 1989 para a construção da ferrovia Norte-Sul. Serra afirmou que o Congresso Nacional não pode ceder ao "lobby" do próprio ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares.

"O governo federal não tem autoridade, e setores do próprio governo querem boicotar a proposta orçamentária que o presidente Sarney encaminhou", disse o deputado paulista. Ele lamentou ainda que o Legislativo embarque nas manobras do presidente Sarney para criar "conflitos regionais", como ocorre na questão da rolagem das dívidas dos Estados e Municípios, com a proposta de "anistia" aos menos desenvolvidos e ampliação dos encargos para os demais.

José Serra citou ainda que a emenda de Almir Gabriel multiplica por quatro a dotação original para outros custeios, (exceto salários), das universidades federais, porém, exclusivamente para aquelas localizadas nas regiões Norte,

Nordeste e Centro-Oeste.

Operações de crédito

Na tarde de ontem, o deputado paulista ainda propunha a exclusão do orçamento das operações oficiais de crédito (Cz\$ 2,11 trilhões) da proposta orçamentária global da União para 1989 (Cz\$ 14,68 trilhões, em valores de junho último). Segundo José Serra, a inclusão da receita com os créditos junto a Estados e Municípios no Orçamento da União representou um equívoco do governo federal, até contra o que dispõe a Constituição. "Mas o equívoco ganhou vida e virou um problema monstruoso" — disse o deputado do PSDB.

Em sua opinião, o governo federal deve aceitar que os Estados só paguem o que podem, abandonando a tentativa de envolver politicamente o Congresso Nacional, diante do pretenso dilema: ficar contra os governadores ou ser responsável pelo desvio do déficit público. "Ocorre que o orçamento veio do Executivo com previsão de receita tributária fictícia, 32% superior à deste ano. Eliminada a ficção, a proposta orçamentária já tem déficit operacional de 3% e a rolagem realista da dívida dos Estados e Municípios só elevaria o desequilíbrio de 3 para 3,5% do PIB", observou.